



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO
Câmpus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Educação

**ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO
DOS CURSOS DE ENGENHARIA DA UTFPR – CÂMPUS
MEDIANEIRA**

Magela Reny Fonticiella Gómez – UNESP – Marília – São Paulo - Brasil

Dezembro/2013

Acesso e Permanência no Ensino Superior: O Caso dos Cursos de Engenharia da UTFPR – Câmpus Medianeira

Resumo: O presente estudo tem como objetivo avaliar a permanência e a evasão dos cursos superiores de Engenharia na UTFPR – Câmpus Medianeira. Configura-se como um estudo de caso. Pretende-se levantar e discutir os possíveis fatores desencadeadores da evasão nos cursos superiores e, as taxas de permanência e conclusão dos cursos destacados. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Medianeira adota o processo de seleção de candidatos aos Cursos Superiores de Engenharia com a nota do ENEM pelo processo do SISU, processo este realizado pelo MEC por meio do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Na reflexão sobre a realidade dos cursos investigados, podemos comparar com outros indicadores nacionais sobre a permanência e a conclusão de cursos superiores.

Palavras-chaves: Educação Superior, Evasão, Permanência.

Retomando a história do ingresso ao ensino superior, podemos observar que esse período é marcado por uma concorrência muito significativa entre a demanda e a oferta de cursos, isso acontecia particularmente nas províncias mais distantes do centro político e econômico, especialmente localizado na região sudeste. Iniciam-se então os exames preparatórios para a entrada aos cursos superiores, verificando o domínio dos conhecimentos considerados básicos para cada curso. Mas dispensavam-se destes exames os alunos que tivessem cursado a escola secundária Dom Pedro II, localizada no Rio de Janeiro (XAVIER, RIBEIRO, et al, 1994). Podemos assim observar, que o ingresso no ensino superior surge com essa conotação elitizada, ou seja, oportunidades para esses alunos que estudavam no referido colégio e acabavam sendo privilegiados.

O reconhecimento tardio da universidade brasileira surge na década de 1930 reafirmando o ensino superior brasileiro também tardio. As primeiras escolas de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e vai até a proclamação da república, desde então este nível de ensino é muito lento. Em contraste a aceleração do processo de expansão vai de 1889 a 1918, sendo criadas 56 novas instituições. Contudo este crescimento atesta a presença e decisiva presença do setor privado.

Nas décadas de 1950-1960 ocorrem uma forte efervescência política e cultural de grandes formulações e propostas para a universidade brasileira principalmente para o ensino superior. Nasce os projetos da universidade crítica, inspirando-se no modelo francês da revolução de maio de 1968. (MINTO, 2006).

No mundo atual, com todas as mudanças que vêm ocorrendo, uma das mais significativas é o acesso à educação Superior, ou seja, somos espectadores e até mesmo coadjuvantes de todo esse processo de acesso à escolarização, da busca pelo “aprender” e a ampliação da qualificação para o mercado de trabalho. Há uma ascensão muito grande no que diz respeito ao acesso aos cursos superiores no Brasil.

Sabe-se que este crescimento não foi suficiente para posicionar o país na linha de frente da América Latina, sendo que esse modelo de expansão adotado na década de 1990 para o ensino superior foi orientado pela via do setor educacional privado, tendo como fator limitador a ordem socioeconômica.

No entanto no Brasil, nos últimos 15 anos, políticas criadas implantam os sistemas de avaliação educacional. Neste período, o sistema de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, o governo tenta consolidar uma efetiva política de avaliação educacional, política esta que engloba diferentes programas, tais como: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb; o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem; o Exame Nacional de Cursos – ENC (também conhecido como Provão) e, posteriormente, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – Enade; o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – Enceja; o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – Sinaes; a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

Em conjunto, estes sistemas, ao lado da Avaliação da Pós-Graduação da Capes (o mais antigo sistema de avaliação do país na área da educação), configuram um macrossistema de avaliação da qualidade da educação brasileira (CASTRO, 2009).

No governo FHC, a avaliação da educação superior teve papel central nas políticas educacionais. A avaliação e a regulação embasavam a política de educação superior que visava à expansão do sistema pela via da iniciativa privada, em detrimento do setor público. Já no governo Lula, a ampliação do acesso é um objetivo de política, mas não sendo apenas pela via privada, mas também pelo setor público com a criação de novas Instituições de Ensino Superior da rede federal. A inclusão, critérios sociais

(desigualdades de raça/etnia, cor, escola pública ou privada do ensino médio e renda familiar), processos estes chamados de democratização e fomentados pela adoção de cotas e pelo PROUNI.(ROTHEN, José C.;BARREYRO, Gladys B. 2011)

Não podemos pensar em processo democrático quando a educação só seria possível àqueles que a podem comprar. Num país em que uma parcela considerável da população é pobre, a educação como mercadoria poderia até representar um baixo custo sob o ponto de vista individual, porém com qualidade precária. A educação é um bem público que tem compromisso com a sociedade e a nação, e partindo desta premissa falar em democratização é ter acesso e garantia de permanência dos estudantes em cursos superiores com qualidade científica e social. (SOBRINHO, 2010).

Embora a LDBEN/1996 tenha trazido significativos avanços, para Ferreira (2007) as políticas educacionais de expansão do ensino superior no Brasil e de diferenciação institucional (vários níveis e/ou cursos), bacharelado, licenciaturas, tecnológicos, apresentam gargalos profundos, considerando que a população teria pouco acesso e condições de permanecer neste nível de ensino. Considerando-se, também, a oferta da educação superior e a necessidade de se ampliarem as vagas do ensino público, o Estado terá enormes desafios em que implicará necessariamente na ampliação substantiva de recursos para a educação superior pública no país.

Segundo Silva & Ferreti (2004), no ano de 2001 houve um descompasso dos indicadores de demanda e ociosidade das vagas na educação superior no setor privado e público, sendo uma contradição que deve ser considerada para análise das políticas públicas no que concerne ao problema do acesso e de permanência.

Em 2001, o número de concluintes do ensino médio aumenta e, ainda, temos a demanda reprimida e cumulativa da oferta de vagas do ensino superior, acrescida de uma ociosidade de vagas de 37,5% no setor privado e 5% de ociosidade na esfera pública. Isto se deve ao fato dos critérios mais rígidos de seleção, no caso do ensino público, tendendo a prejudicar os jovens originários dos setores mais pobres da população, e, no caso do ensino privado, as dificuldades encontradas pelos candidatos em manter seus custos.

No ano de 1998, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional

Brasileiro, cria o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica.

Desde 2004, o ENEM é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Várias Instituições de Ensino Superior (IES) já usam há tempo o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo (total ou parcialmente) o vestibular.

Em 2010, o Ministério da Educação (MEC) apresentou uma proposta de reformulação do ENEM e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Segundo Pacheco e Ristoff (2004), muitos estudantes buscam o acesso ao ensino superior e esperam as possibilidades de continuar seus estudos, mas esperam que políticas que possam garantir sua efetiva permanência e conclusão do curso. Em estudo recente do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes, revelou-se que 25% desses potenciais alunos universitários são tão carentes que não tem condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito. Esses alunos dependerão de bolsas de extensão, bolsas de estudo, bolsas de trabalho, bolsas de pesquisa, bolsas de monitoria, subsídios na alimentação e na moradia para tornar viável a permanência na instituição de ensino.

A maioria das instituições educacionais tem poder de relacionar a forma de organização escolar e sua relação com a sociedade em que se encontram inserida. Nesse contexto um dos desafios é compreender a estrutura social capitalista em que vivemos, foi a função social da escola, como um dos obstáculos para que ocorram as grandes transformações, principalmente no que tange às práticas educacionais. Estas práticas visam nortear e acompanhar o desenvolvimento do aluno a partir de reflexões sobre a atuação no ensino superior. (MENDES, 2005)

Nos países da América Latina foram dados passos importantes no sentido de criar oportunidades para formar seus cidadãos, aumentando assim as reservas de capital intelectual e de profissionais altamente qualificados, oportunizar-lhes acesso ao mercado de trabalho com vistas à geração de renda e melhores condições de vida. As matrículas no Ensino Superior nas últimas décadas praticamente dobraram, diversificando as oportunidades de ingresso em diferentes áreas do conhecimento do

Ensino Superior. Porém ainda são insuficientes as demandas para oportunizar a formação de nível superior e conseqüentemente a colocação destes profissionais no mercado de trabalho. As instituições de Ensino Superior enfrentam uma diversidade de problemas, no que se referem à qualidade, desigualdades regionais e principalmente ao desequilíbrio da quantidade de profissionais qualificados em desajuste com as exigências do mercado de trabalho. (STALLIVIERI, 2007)

A mobilidade acadêmica¹ idealizada para os alunos universitários deverá estar respaldada de assistência estudantil. Conforme Andriola (2011) podemos destacar que a Pós-graduação já conta com as agências de fomento tais como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para oferecer bolsas de mestrado, doutorado e de pós-doutorado de modo a custear ida e manutenção dos estudantes brasileiros nas regiões do nosso país. Desta maneira deveria ser planejadas e imediatamente implementadas pelo MEC bolsas para custear a manutenção dos alunos universitários, possibilitando assim a formação amparada pelo intercâmbio regional e interação social.

Com relação às bolsas para a graduação, verificamos que já foram implantadas em nível de graduação conforme Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, pelo Ministério da Educação, a mesma nos expõe dentro da política de assistência estudantil no ensino superior público, enfatiza uma das ações para favorecer a permanência e desempenho dos acadêmicos. Portanto, tem o intuito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos presenciais nas instituições federais de ensino superior. Contribuindo assim com a melhoria do desempenho acadêmico, oportunidades e igualdades para todos, buscando evitar repetências e evasões.

¹ Adotamos o conceito de mobilidade acadêmica que é utilizado pelo autor Wagner Bandeira Andriola, em seu texto: *Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*, 2011, assim nos referimos no trabalho como a mobilidade dos estudantes de um estado para outro dentro do país.

Considerações Finais

Sabemos que as políticas públicas implementadas pelo Estado não contemplam todos os acadêmicos dentro dos programas, tais como bolsa permanência, iniciação científica, auxílio moradia, auxílio transporte entre outros. Isso acaba limitando muitas vezes a permanência do estudante na universidade, ou seja, nem todos possuem condições financeiras para se manterem no ensino superior. Ademais, as dificuldades para se adaptar em um novo meio também existem, principalmente as diferenças culturais.

Existem grupos de jovens estudantes pobres e muito pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras. Esta pesquisa está voltada à condição social do estudante universitário. Grignon e Gruel (1999) apontam um quadro bastante detalhado de vários aspectos da condição do estudante: financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos do trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer.

Mister se faz compreender como os acadêmicos se mantêm, não levando em conta apenas o fator financeiro, mas também a sua interação com o ambiente, por meio de diversas atividades esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão. Essa investigação faz-se necessária, pois existe uma multiplicidade cultural, uma vez que esses acadêmicos provêm de diversas regiões do país, por isso nos propomos a investigar como acontece essa adaptação e permanência dos alunos na universidade para além das questões socioeconômicas.

O propósito deste artigo é refletir sobre o acesso e a permanência dos alunos dos cursos de engenharia da UTFPR - Câmpus Medianeira, selecionados pelo processo SISU, provenientes de diversas regiões do país, assim como os indicadores de evasão e taxas de conclusão dos cursos. Ao analisar o sistema acadêmico, documentos, serão encontrados os elementos motivadores pelos, quais, os acadêmicos, que entraram pelo SISU, permanecem ou não na Universidade. Entender as causas que motivam a evasão dos alunos ingressantes, analisar o índice de evasão escolar e fazer o levantamento do seu perfil socioeconômico e origem geográfica.

No delineamento metodológico, será realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental. Este método será classificado quanto aos fins como

exploratório, descritivo, configurando-se como um estudo de caso. Como forma de complementação dos dados, será realizado um estudo detalhado do perfil socioeconômico e geográfico dos alunos de engenharia do Câmpus Medianeira da UTFPR ingressos pelo SISU, será utilizado o banco de dados do Sistema Acadêmico da UTFPR que fornece os dados necessários.

Para compreender o processo histórico do acesso dos estudantes aos cursos superiores no Brasil na pesquisa bibliográfica será feita com um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema (RUIZ, 2006).

Com os dados coletados e depois tabulados poderemos compreender as ações tomadas na Universidade relativas à permanência dos acadêmicos nos seus respectivos cursos.

A escolha pelo estudo de caso optou-se, pois segundo André (2005) os estudos de caso procuram retratar a realidade de forma completa e profunda. Esse tipo de estudo pretende revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo.

Esperamos com os resultados desta pesquisa, após o levantamento, tratamento e análise dos dados, podermos traçar o perfil dos alunos dos cursos de Engenharia da UTFPR Câmpus Medianeira, bem como reunir alguns dados que possam indicar a trajetória escolar e problemas relacionados à evasão dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRE, Marli E.D.A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Ed. Liberlivros, 2005.

ANDRIOLA, W.B., **Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)**, 2011.

CASTRO, M.H.G. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <www.scielo.br>. Acesso em: 10.11.2012.

FERREIRA, Naura, S.C. **Políticas Públicas e Gestão da Educação: questões polêmicas**. Ed. Liberlivros, Brasília – DF. 2007.

GRIGNON, Claude; GRUEL, Louis. **La vie étudiante**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

MENDES, Olenir Maria. **Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis**. Currículo e avaliação na educação superior. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público eo privado em questão**. Autores Associados, 2006.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. **Educação Superior: democratizando o acesso**. Brasília – DF. 2004. Disponível em <http://www.dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me000093.pdf>

ROTHEN, José C.; BARREYRO, Gladys B. **Avaliação da Educação Superior no Segundo Governo Lula: “Provão II” ou a reedição de velhas práticas?**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan.-mar. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA JUNIOR, J.R., FERRETTI, Celso. **O Institucional, a Organização e a Cultura da Escola**. Ed. Xamã, 2004 São Paulo – SP. 1ª edição.

SOBRINHO, José D. **Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

STALLIVIERI, Luciane. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil características, tendências e perspectivas.** Educación superior en América Latina y el Caribe: Sus estudiantes hoy, p. 79-100, 2007.

XAVIER, M.E., RIBEIRO, M.L., NORONHA, O.M. **História da Educação a escola no Brasil.** Ed. FTD, 1994, São Paulo – SP.